***Instruções para elaboração da Minuta do Contrato de Garantia***

*As informações destacadas em vermelho (incluindo esta primeira página) têm o objetivo de orientar a elaboração do “Minuta do contrato de garantia para operações de crédito interno com garantia da União”.*

*A minuta deverá apresentar a estrutura a seguir,* ***preenchendo somente os campos destacados em vermelho****, sem alterar qualquer dos termos da minuta, de forma a não incluir ou excluir qualquer informação do modelo, objetivando conferir segurança e celeridade às análises, tendo em vista que qualquer alteração na forma do documento será motivo de devolução do processo ao ente para os ajustes devidos, atrasando sobremaneira a análise do pleito. Salienta-se que TODOS os campos em vermelho devem ser preenchidos, à exceção do número do contrato de financiamento, caso ainda não tenha essa informação disponível, e do número do processo, podendo deixar esses campos em branco.*

*Sugere-se a inclusão das informações, de acordo com a orientação indicada em vermelho para cada item da minuta, de forma que não surjam dúvidas quanto à abrangência ou conteúdo das informações.*

*Tendo em vista que este documento é uma minuta, ele não deve ser assinado e nem rubricado.*

*Recomenda-se ainda que o documento, após preenchido, deve ser salvo no formato “.pdf”, evitando-se a digitalização do documento.*

# **CONTRATO DE GARANTIA Nº /20\_\_\_\_\_ /PGFN/CAF**

**Processo SEI nº ..................................................**

CONTRATO DE GARANTIA QUE, ENTRE SI, CELEBRAM A **UNIÃO** E O **TOMADOR *[Estado/Município de XXXX]***, COM A INTERVENIÊNCIA DO **BANCO *[nome da instituição financeira credora]***.

A **UNIÃO**, representada, neste ato, pelo Procurador da Fazenda Nacional ao final identificado e assinado, no uso da competência que lhe confere a Portaria nº 706, de 7 de agosto de 2019, da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, e o **TOMADOR *[Estado/Município de XXXX]***, doravante designado, simplesmente, **TOMADOR**, neste ato representado pelo Senhor Governador Estadual/Prefeito Municipal *[nome completo]*, ao final assinado e identificado, com a interveniência do **BANCO *[nome da instituição financeira credora]***, doravante denominado **BANCO**, representado, neste ato, pelo(s) signatário(s) ao final identificado(s).

I — **CONSIDERANDO** a celebração entre o **TOMADOR** e o **BANCO**, em DD de MM de AA, do Contrato de Financiamento nº *[número do contrato de financiamento, caso houver]*, adiante denominado **CONTRATO**, no valor de R$ *[valor]* (*[valor da operação por extenso]*), cujos recursos serão destinados a *[destinação da operação, conforme consta na lei autorizadora]*, conforme autorizado pela Lei Estadual/Municipal nº *[número da lei autorizadora da operação]*, de *[data da lei autorizadora]*; e

II — **CONSIDERANDO** o despacho exarado nos autos do Processo nº XXXXXXXXX/XXXX-XX pelo Senhor Secretário Especial de Fazenda, do Ministério da Economia, nos termos da Portaria ME nº 198, de 25 de abril de 2019, autorizando a celebração do presente instrumento contratual, com fundamento na Lei nº 10.552, de 13 de novembro de 2002.

**RESOLVEM** celebrar o presente Contrato de Garantia nos seguintes termos e condições.

**CLÁUSULA DE OBRIGAÇÕES DA UNIÃO COMO GARANTIDORA**

**CLÁUSULA PRIMEIRA —** Nos termos deste Contrato de Garantia, a **UNIÃO** obriga-se como garantidora do **TOMADOR**, em benefício do **BANCO**, pelo fiel, pontual e integral pagamento do montante equivalente à totalidade das seguintes obrigações, principais e acessórias, conforme descritas a seguir:

I — prestações de natureza financeira devidas pelo **TOMADOR**, compostas de principal, encargos, juros, taxas e acessórios, que sejam decorrentes do **CONTRATO**, desde que o **TOMADOR** não as cumpra no prazo avençado, obrigando-se a **UNIÃO** a honrá-las dentro do prazo previsto na Cláusula Terceira;

II — vencimento antecipado da dívida, somente se este for causado pelo inadimplemento contratual de obrigações financeiras de que trata o inciso I pelo **TOMADOR** e pela **UNIÃO** e que não tenham sido sanadas no prazo de 60 (sessenta) dias a partir da data em que o **BANCO** comunicar sua ocorrência à **UNIÃO.**

**PARÁGRAFO ÚNICO —** O disposto no inciso I do *caput* também inclui prestações financeiras referentes a pedidos de devolução de recursos do **BANCO** em face do **TOMADOR** em razão de não aceitação, parcial ou total, de comprovação física ou financeira apresentada pelo **TOMADOR** ou de desvio de finalidade cometido pelo **TOMADOR** na aplicação de recursos do **BANCO**.

**CLÁUSULA DE EXTINÇÃO DO CRITÉRIO LEGAL DE REMUNERAÇÃO DOS RECURSOS**

**CLÁUSULA SEGUNDA** — Na hipótese de extinção do critério legal de remuneração dos recursos repassados no âmbito do **CONTRATO**, a **UNIÃO** se comprometerá automaticamente na forma da Cláusula Primeira se for adotado o novo critério legal que vier oficialmente a substituir tal remuneração.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO —** Na hipótese de não haver novo critério indicado por lei, o **BANCO** deverá indicar o índice de remuneração a ser aplicado que observe o equilíbrio econômico do **CONTRATO** observados os procedimentos dos parágrafos a seguir.

**PARÁGRAFO SEGUNDO —** O **BANCO** enviará à **UNIÃO** no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, a contar da substituição referida no Parágrafo Primeiro desta Cláusula, proposta de critério a ser utilizado, mediante correspondência registrada, com aviso de recebimento, endereçada à Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Economia.

**PARÁGRAFO TERCEIRO —** A **UNIÃO** deverá manifestar sua concordância ou discordância sobre a proposta do **BANCO** no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contado do recebimento da comunicação.

**PARÁGRAFO QUARTO —** Caso haja discordância com o novo critério de remuneração indicado pelo **BANCO**, a **UNIÃO** se comprometerá na forma da Cláusula Primeira apenas no montante correspondente à obrigação calculada com base em critério por ela eleito e que preserve o equilíbrio econômico-financeiro do **CONTRATO**.

**CLÁUSULA DE PRAZOS PARA NOTIFICAÇÃO DE INADIMPLÊNCIA E EXECUÇÃO DE GARANTIA**

**CLÁUSULA TERCEIRA —** Inadimplidas, pelo **TOMADOR**, as obrigações previstas na Cláusula Primeira, e persistindo tal inadimplemento pelo prazo de 3 (três) dias úteis, o **BANCO** deverá comunicar à **UNIÃO**, com cópia para o **TOMADOR**, a ocorrência do fato, para que a **UNIÃO** efetue o pagamento da dívida, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contado do recebimento da comunicação do **BANCO**, e após cumpridas todas as exigências estabelecidas neste Instrumento Contratual de Garantia.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** — A comunicação do **BANCO** à **UNIÃO** deverá ser oficializada por carta registrada à Secretaria do Tesouro Nacional, para o Coordenador-Geral de Controle da Dívida Pública (CODIV), com endereço na Esplanada dos Ministérios, Edifício Anexo do Ministério da Economia, bloco P, ala A, 1º andar, sala 121, CEP 70.048-900, Brasília (DF), com confirmação de recebimento, da qual deverão constar: (i) o valor das obrigações garantidas vencidas e não pagas; (ii) a data de vencimento original; e (iii) as instruções de pagamento. A carta também deverá ser enviada por correspondência eletrônica para o endereço geror.codiv.df.stn@tesouro.gov.br.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** — Na ocorrência do inadimplemento das obrigações a que se refere o *caput* e sem prejuízo da obrigação da **UNIÃO** de liquidar a dívida garantida, o **TOMADOR** deverá informar o fato à **UNIÃO**, no prazo de até 3 (três) dias úteis, contado do vencimento da dívida, por correspondência encaminhada à Secretaria do Tesouro Nacional, para o Coordenador-Geral de Controle da Dívida Pública (CODIV), com endereço na Esplanada dos Ministérios, Edifício Anexo do Ministério da Economia, bloco P, ala A, 1º andar, sala 121, CEP 70.048-900, Brasília (DF), da qual deverão constar as seguintes informações: (i) o valor da fatura vencida e não paga; (ii) a data de vencimento original; (iii) as instruções de pagamento; e (iv) as justificativas que impossibilitaram seu pagamento na data aprazada. A correspondência também deverá ser enviada para o endereço eletrônico geror.codiv.df.stn@tesouro.gov.br.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** — Não realizada a comunicação pelo **TOMADOR** ou realizada com a inobservância das informações mencionadas no Parágrafo Segundo, a **UNIÃO** considerará as informações enviadas pelo **BANCO**, na forma do Parágrafo Primeiro, como suficientes para verificar o *quantum* devido e adotar as providências de sua competência para a liquidação da dívida garantida.

**CLÁUSULAS DE PAGAMENTO**

**CLÁUSULA QUARTA** — Na hipótese de vencimento antecipado do **CONTRATO**, conforme previsto na Cláusula Primeira, inciso II, deste Instrumento Contratual de Garantia, e inadimplida a obrigação pelo **TOMADOR**, o prazo referido no *caput* desta Cláusula, para que a **UNIÃO** realize o pagamento da dívida, será de até 15 (quinze) dias úteis, a contar da data de declaração do vencimento antecipado pelo **BANCO**.

**CLÁUSULA QUINTA** — Recebida a comunicação prevista no Parágrafo Segundo da Cláusula Terceira deste Contrato, a **UNIÃO**, por meio da Secretaria do Tesouro Nacional, efetuará a conciliação e providenciará o pagamento ao **BANCO** no prazo previsto na Cláusula Terceira.

**CLÁUSULA SEXTA** — Realizado o pagamento da dívida pela **UNIÃO**, nos termos das Cláusulas Terceira e Quarta, o **TOMADOR** não poderá imputar à **UNIÃO** nenhuma responsabilidade pela incidência, nesse período, de atualização monetária, juros e outros encargos contratuais devidos e pagos ao **BANCO**.

**PARÁGRAFO ÚNICO** — Paga a dívida pela **UNIÃO**,ela se sub-rogará nos direitos do **BANCO** contra o **TOMADOR** e este pagará a quantia devida à **UNIÃO** na forma estabelecida no Contrato de Vinculação de Receitas e de Cessão e Transferência de Crédito, em Contragarantia, relativo à dívida garantida neste Contrato.

**CLÁUSULA SÉTIMA –** O **TOMADOR** obriga-se a fornecer à **UNIÃO,** anualmente, em correspondência dirigida ao Secretário do Tesouro Nacional, o cronograma dos vencimentos e respectivos valores das obrigações garantidas, informando, a qualquer momento, a ocorrência de alguma alteração.

**CLÁUSULA OITAVA–** Este Contrato de Garantia perderá a eficácia na hipótese de securitização do crédito objeto do **CONTRATO**.

**CLÁUSULA NONA –** Este Contrato de Garantia vigerá até que sejam extintas as obrigações do **TOMADOR** constantes do **CONTRATO** e referidas na Cláusula Primeira deste Instrumento.

**CLÁUSULA DÉCIMA –** A **UNIÃO,** por intermédio da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, providenciará a publicação de extrato deste Contrato de Garantia no Diário Oficial da União.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA –** Estabelece-se, como foro competente para conhecimento e solução de toda e qualquer questão decorrente de interpretação ou execução deste Contrato de Garantia, a Seção Judiciária da Justiça Federal do Distrito Federal.

E, por estarem, assim, justas e contratadas, as Partes celebram o presente Contrato de Garantia, em três vias, de igual teor e forma, para o mesmo efeito de direito.

Brasília,       de      de     .

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **UNIÃO** |  | **TOMADOR** |

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**BANCO**